PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 20/2008

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, alterada pelos Decretos-Leis n.os 118/2001, de 17 de Abril, 50/2004, de 10 de Março, e 39/2007, de 20 de Fevereiro, o governador e os demais membros do conselho de administração do Banco de Portugal são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do Ministro das Finanças, de entre pessoas com comprovada idoneidade, capacidade e experiência de gestão, bem como domínio de conhecimento nas áreas bancária e monetária.

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 33.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, o conselho de administração é composto pelo governador, que preside, por um ou dois vice-governadores e por três a cinco administradores.

Pela resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2008 (2.ª série), de 24 de Abril, foi exonerado, a seu pedido, o Prof. Doutor Manuel Ramos de Sousa Sebastião do cargo de administrador do Banco de Portugal, tendo assumido, pela mesma resolução, as funções de presidente do conselho da Autoridade da Concorrência.

Torna-se, assim, necessário proceder à nomeação de um administrador para o conselho de administração do Banco de Portugal

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei Orgânica do Banco de Portugal, aprovada pela Lei n.º 5/98, de 31 de Janeiro, alterada pelos Decretos-Leis n.os 118/2001, de 17 de Abril, 50/2004, de 10 de Março, e 39/2007, de 20 de Fevereiro, e da alínea *g*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro de Estado e das Finanças, a licenciada Maria Teodora Osório Pereira Cardoso para o cargo de administradora do Banco de Portugal.

2 — Determinar que a presente resolução produz efeitos desde 11 de Junho de 2008.

29 de Maio de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 17275/2008

O Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, consagra o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e dos programas operacionais (PO), valorizando a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de monitorização, auditoria e controlo, certificação e gestão, aconselhamento estratégico, acompanhamento e avaliação, aliás, nos termos dos regulamentos comunitários relevantes, designadamente o Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 19-B/2008, de 11 de Abril, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2008, de 30 de Abril, o Governo aprovou a configuração definitiva das estruturas de missão dos PO temáticos, criando, por esta via e integrados nas respectivas estruturas, os secretariados técnicos dos programas operacionais que integram o QREN.

Nos termos do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, e do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 3/2008, de 30 de Janeiro, foi celebrado um contrato de delegação de competências do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Assim e de acordo com os n.os 5, 7 e 8, conjugados com o n.º 21 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, nomeio secretária técnica do Secretariado Técnico para a Igualdade Maria Manuela Leite Lopes Marques Pires Marinho, com comprovada experiência na área da igualdade.

O presente despacho produz efeitos reportados a 15 de Fevereiro de 2008.

20 de Junho de 2008. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa.*

Síntese curricular

Identificação:

Nome — Maria Manuela Leite Lopes Marques Pires Marinho;
Data de nascimento — 10 de Agosto de 1951.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social, Lisboa, 1973, 14 valores;
Licenciatura em Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1977, 14 valores;
Pós-graduação em Psicologia de Educação, ISPA/Universidade de Aix-en-Provence, França, 1987,17 valores;
Doutoranda em Serviço Social e Ética UCP/FCH.

Experiência profissional:

Ingressou na Função Pública em 1973 como técnica superior de 2.ª classe no Ministério das Corporações/Junta de Acção Social, posteriormente Ministério dos Assuntos Sociais/Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, desenvolvendo projectos de intervenção na área social em todo o distrito, bem como no Sector de Formação de Pessoal, tendo a seu cargo a elaboração do plano de formação, organização e avaliação das acções e desenvolvimento de parcerias.

Esteve destacada no Ministério da Administração Interna/Gabinete de Apoio às Autarquias Locais, onde exerceu funções na respectiva Direcção de Serviços de Formação.

Transitou para a Direcção-Geral de Emprego e Formação da Administração Pública (DGEFAP), Departamento de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, como técnica superior de 1.ª classe em 1984, tendo exercido actividade na Divisão de Organização da Formação (DOF), onde foi responsável pela organização de várias acções de formação a nível nacional e na Divisão de Investigação (DI), onde participou na elaboração de planos de formação e em trabalhos de investigação, destacando, entre outros, a co-responsabilidade pelo estudo «Desenvolvimento da formação da DGEFAP — 1984-1987».

Em 1987 foi requisitada pelo Governo de Macau para exercer funções como técnica superior assessora no Serviço de Administração e Função Pública (SAFP), integrando a equipa que criou o CFAP (Centro de Formação para o Aperfeiçoamento Profissional), sendo responsável pela implementação da área de formação de formadores, nomeadamente dos protocolos com o governo de Hong-Kong sobre esta matéria.

Em 1992 foi integrada no INA — Departamento de Administração Pública/Divisão de Planeamento e Pedagogia, tendo sido responsável pela concepção de acções formação de formadores e formadora nesta área

Em 1994 foi requisitada pela Secretaria de Estado da Modernização Administrativa (SERA) para integrar a equipa técnica do PROFAP/Programa Integrado de Formação para a Modernização da Administração Pública, com financiamento do FSE, tendo sido responsável pela análise técnico-financeira e acompanhamento de várias candidaturas dos organismos da administração central e local e pelas relações com organismos internacionais (OCDE e outros), no âmbito do referido Programa

Neste contexto, participou na reunião dos Ministros da Administração Pública dos PALOP (1994) e integrou a missão de cooperação e formação com os PALOP, chefiada pela SERA realizada em Cabo Verde (1994).

Fez parte da equipa negociadora do acordo salarial da função pública/mesa 12 — formação profissional, indigitada pelo Secretário de Estado da Administração Pública, trabalho que originou um louvor (1995-1996).

Assessora principal do quadro do INA.

De 1996 a 2000 exerceu funções no Ministério da Saúde/Departamento de Recursos Humanos da Saúde, onde foi nomeada, em comissão de serviço, directora do Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional (CFAP), coordenando a respectiva intervenção, nomeadamente de projectos no âmbito do QCAIII/POSAÚDE, do Programa Leonardo da Vinci e da OMS.

Integrou como formadora a missão do Ministério da Saúde/OMS em São Tomé e Príncipe (1999).

Colaborou na concepção da área de formação integrada no Saúde XXI/QCA III.

Adjunta dos gabinetes ministeriais com a tutela da área da igualdade, sendo responsável pela integração desta temática no âmbito dos programas operacionais do QCA III e pela negociação da medida n.º 4.4 do POEFDS (2000-2002), trabalho reconhecido com dois louvores (2000 e 2002).

Coordenadora do sistema de apoio técnico e financeiro às ONG, no âmbito do contrato entre a CIDM e o POEFDS (2003-2008).

Outras actividades:

Bolseira da Comissão Cultural Luso-Americana/Council of International Programmes para a frequência de um estágio pós-graduado na área das Ciências Sociais na Universidade Federal de Iowa/USA, com intervenção na área da prevenção da saúde mental/violência doméstica (1980).

Bolseira da OCDE para estágio sobre modernização administrativa nos serviços da Administração Pública do Canadá (1995).

Docente do ISSSL (1983-2006) e da FCH/UCP (1996-2008) em regime pós laboral.

Vários artigos publicados sobre intervenção social, formação e ética.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

Despacho n.º 17276/2008

Ao abrigo do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — Cessa, a seu pedido, a comissão de serviço através da qual a procuradora-geral-adjunta licenciada Lucinda Maria Meirinho Filipe Rocheta Cassiano vinha exercendo o cargo de subinspectora-geral da Administração do Território, nos termos do despacho n.º 15 887/2006 (2.ª série), de 28 de Julho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Junho de 2008.

6 de Junho de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita.*

Despacho n.º 17277/2008

Atendendo a que foi dado cumprimento ao disposto no artigo 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando que a licenciada Maria do Patrocínio da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira tem demonstrado reunir as condições para o desempenho do cargo, como resulta do relatório dos resultados obtidos durante o exercício do cargo:

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 19.º e 22.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 326-A/2007, de 28 de Setembro, determino:

1 — É renovada a comissão de serviço por via da qual a licenciada Maria do Patrocínio da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira vem exercendo o cargo de Subinspectora-geral da Administração Local.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Maio de 2008.

6 de Junho de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita.*

Síntese curricular

Nome: Maria do Patrocínio Baltazar da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira

Data de nascimento: 1 de Setembro de 1947

Habilitações e percurso académico:

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1969;

Mestre em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1988;

Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1977 e 1990, tendo leccionado as disciplinas de Direito das Obrigações, Teoria Geral do Direito Civil, Garantia das Obrigações, Arrendamento (Direito Privado I), Introdução ao Estudo do Direito, Direito da Família e das Sucessões, com regência nos anos lectivos de 1977-1978 a 1980-1981, 1982-1983, 1987-1988 e 1989-1990;

Professora convidada da Universidade Internacional entre 1991 e 1999, tendo regido a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Percurso profissional

Subinspectora-geral da Administração Local (ex-IGAT) desde 1996;

Consultora jurídica da Auditoria Jurídica do Ministério do Equipamento Social (1976-1993; 1995-1996);

Assessora do conselho de administração dos CTT — Correios de Portugal, S. A., entre 1993 e 1995;

Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (1975-1976);

Adjunta do Gabinete do Ministro da Habitação, Urbanismo e Construção (1976);

Consultora jurídica da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas e Comunicações (1974);

Consultora jurídica da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (1973-74);

Consultora jurídica da Habitat — Empreendimentos Imobiliários, SARL (1971-1973);

Consultora jurídica do Ministério das Corporações (contratação colectiva) (1970-71);

Advogada, inscrita na Ordem dos Advogados desde 1973 (com inscrição suspensa desde 1996).

Despacho n.º 17278/2008

Considerando que a licenciada Maria João Paula Lourenço demonstra reunir reconhecida aptidão e plenas condições para o desempenho do cargo, como demonstra o respectivo currículo que se publica em anexo:

Assim, nos termos do disposto nos n.os 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 326-A/2007, de 28 de Setembro, determino:

1 — É nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de subinspectora-geral da Administração Local a licenciada Maria João Paula Lourenço.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

6 de Junho de 2008. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita.*

Síntese curricular

Nome: Maria João Paula Lourenço.

Data de nascimento: 20 de Abril de 1957.

1 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, com a média final de 14 valores em 1980 — dominante de Economia Regional;

Pós-graduação em Integração Europeia — dominante Económica, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1984.

2 — Carreira profissional:

Auditora-chefe da Unidade de Apoio Técnico 2 do Departamento de Auditoria VIII — Sector Empresarial Autárquico, na Direcção-Geral do Tribunal de Contas, desde 24 de Junho de 2002 até à presente data;

Subdirectora-geral do Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu (DAFSE), de 1 de Fevereiro de 1998 até 23 de Junho de 2002;

Coordenadora do Núcleo Administrativo e Financeiro (directora de serviços), de 20 de Julho a 6 de Novembro de 1995, na Inspecção-Geral da Educação (IGE);

Chefe de divisão de Apoio à Gestão Financeira na Direcção de Serviços de Finanças Locais, da Direcção-Geral da Administração Autárquica, desde Setembro de 1987 até 19 de Julho de 1995.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 17279/2008

Por meu despacho de 16 de Junho de 2008, foram Ana Mafalda de Magalhães e Menezes Nunes Pereira Kopke Esteves, Ana Sofia de Castro Santos Arantes e Oliveira, Carla Margarida Simão Matos da Costa, Dâmaso António Pinto de Barros, Luísa Maria Borges, Maria de Fátima Pereira de Oliveira e Maria João Fortes Matos Louro nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos superiores principais